



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 126/12

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 81, de 17/06/98,  
incluindo os Municípios de Florestópolis e Porecatu na  
Região Metropolitana de Londrina.

**Art. 1º** Fica alterado o art. 1º da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que foi alterada pela Lei Complementar nº 144, de 05 de abril de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica Instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertãoópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Assaí, Sabáudia, Jaguapitã, Pitangueiras, Florestópolis e Porecatu, bem como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas".

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2012.

  
Presidente  
Relator



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI N.º 233/2012**

**Súmula:** Altera o Inciso II, do art. 18 Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, e adota outras providências.

Art. 1.º O inciso II, do art. 18, da Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, alterado pela Lei n.º 14.077, de 04 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II – Adicional de Voo – AAV: retribuição financeira para o cargo de Agente de Aviação, fixada em valor fixo, de natureza permanente, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais".

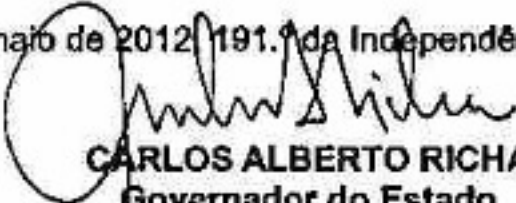
Art. 2.º A estrutura da vantagem Adicional de Voo obedecerá ao contido no Anexo único desta Lei.

Art. 3.º O valor do Adicional de Voo será corrigido automaticamente quando da concessão do Índice geral de revisão dos cargos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Art. 4.º Os atuais servidores do Quadro de Agente de Aviação terão sua remuneração ajustada, através de ato do Chefe do Poder Executivo, na forma da presente Lei.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis n.ºs 14.077, de 04 de julho de 2003, 15.878, de 09 de julho de 2008 e 16.268, de 09 de novembro de 2009.

Curitiba, 21 de maio de 2012. 191.ª da Independência e 124.ª da República.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador



**ANEXO ÚNICO**

<b>VALOR DO ADICIONAL DE VOO (EM REAIS)</b>
<b>R\$ 8.850,28</b>

**CASA CIVIL**  
**GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL**



**INFORMAÇÃO Nº 074/2012-GPS/CC**

Protocolado nº 10.482.947-3

Conforme solicitado pela Chefia da Divisão Orçamentária e Financeira da Casa Militar, a respeito da proposta de **unificação das vantagens que compõe o Adicional de Vão dos Agentes de Aviação**, e de acordo com a informação nº 021/2012 do Grupo de Recursos Humanos Setorial da Casa Civil, onde diz que, *a solicitação não trará impacto financeiro*, estamos informando que existe **previsão de recursos orçamentários** na Lei Orçamentária Anual nº 17.012 de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 20.779.260,00 (vinte milhões, setecentos e setenta e nove mil, duzentos e sessenta reais) para as despesas com pessoal da Casa Civil no decorrer do presente exercício, na dotação abaixo especificada e QDD em anexo.

**Órgão: 13 - Casa Civil**

**Unidade: Diretoria Geral**

**P/A: 1302.04122414.015 – Gestão Administrativa – Casa Civil**

**Natureza da Despesa: 3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**

**Espécie de despesa: 01 – Pessoal e Encargos Sociais**

**Fonte de recursos: 100 – Recursos do Tesouro Ordinário não Vinculado**

É a informação,

Curitiba, 24 de maio de 2012.

  
**Manoel de França**  
Chefe do GPS/CC

  
**Maria Cristina Magalhães**  
Assessora Casa Civil/GPS



ESTADO DO PARANÁ  
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA  
QDD - DIRETA  
SEM MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO

COMPOSIÇÃO P/L  
Exercício 2012  
24/05/12 11:28:19



Órgão: CASA CIVIL  
Unidade: DIRETORIA GERAL  
PROJ/ATIV/CP,ESP: GESTÃO ADMINISTRATIVA - CASA CIVIL  
Datação: 1307.04122414.D15

Recursos orçamentários em R\$ 1,00									
Despesa	Item	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Programado (2)	Saldo a Programar (3)	Total Orçamentário (4)=(1)+(2)+(3)	Total Empenhado (5)	Saldo Programado (6)=(2)-(5)	Pago até 24/05/12 (7)	
PESSOAL									
31901100	11001	20.779.760	20.779.760		20.779.760	10.818.765,28	10.160.494,78	9.440.512,84	
31901300	11001	2.500.000	2.500.000		2.500.000	1.222.377,99	1.277.622,01	1.222.377,99	
31901600	11001	55.000	55.000		55.000	34.782,37	15.217,63	35.799,33	
31909200	11001	150.000	306.185		306.185	306.184,50	0,50	306.184,50	
31909600	11001	1.300.000	663.109	280.706	843.815	297.451,69	365.657,31	294.158,62	
TT		24.584.260	24.303.554	280.706	24.584.260	12.483.561,81	11.819.962,19	11.299.251,08	
PESS.		24.584.260	24.303.554	280.706	24.584.260	12.483.561,81	11.819.962,19	11.299.251,08	
OUT. D. CIVIL									
33903900	11001	560.600	117.998	441.998	559.996	103.828,22	14.669,78	49.678,38	
33903900	11001	325.440	67.000	258.440	325.440	37.187,53	9.812,47	46.200,10	
33903700	11001	853.000	331.000	522.000	853.000	331.000,00	0,00	329.657,22	
33903900	11001	2.421.850	1.828.317	1.279.819	2.409.236	868.552,02	366.784,98	574.770,17	
33904800	11001	10.000	5.000	5.000	10.000	1.545,00	3.455,00	1.545,00	
33905200	11001	13.700	28.518		28.518	28.512,02	0,86	28.512,02	
TT		4.184.090	1.677.833	2.506.257	4.184.090	1.483.329,79	194.703,21	1.032.367,99	
OUT. D. CIVIL		4.184.090	1.677.833	2.506.257	4.184.090	1.483.329,79	194.703,21	1.032.367,99	
INVESTIMENTOS									
44905100	11001		297.237		297.237	0,00	297.237,00	0,00	
44905200	11001	900.000	389.810	570.190	960.000	348.430,50	41.359,40	261.386,40	
44905200	11001		60.000		60.000	0,00	60.000,00	0,00	
TT		900.000	767.047	570.190	1.337.237	348.430,50	418.636,40	261.386,40	
INVESTIM.		900.000	767.047	570.190	1.337.237	348.430,50	418.636,40	261.386,40	
TT		29.728.350	26.748.434	3.357.153	30.105.537	14.315.102,20	12.433.331,80	12.591.005,47	
TT						0,00	0,00	0,00	
TOTAL		29.728.350	26.748.434	3.357.153	30.105.537	14.315.102,20	12.433.331,80	12.591.005,47	

Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Apropriação de Dívida	Total Geral
24.584.260		4.184.090	1.337.237			30.105.587
24.584.260		4.184.090	1.337.237			30.105.587

**MENSAGEM N.º 027 /2012**

Curitiba, 21 de maio de 2012



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva a alteração do inciso II, do art. 18, da Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002.

A presente proposta visa dar nova redação ao inciso supracitado, e regulamentar a concessão do "Adicional de Voo" aos Agentes de Aviação do referido quadro.

Considerando as disposições da Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, sobre o pagamento de vantagens pecuniárias aos integrantes das várias carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, este Anteprojeto de Lei tem a finalidade de alterar o conceito da vantagem Adicional de Voo e de fixar esse valor previsto no Inciso II do artigo 18, regulamentando a sua aplicação, conforme o § 1.º do artigo 18 e §§ 2.º e 3.º do artigo 30, o qual é específico para a carreira de Agente de Aviação, com a denominação de Adicional de Voo.

O conceito dessa vantagem, para o presente caso, é o de natureza permanente e exclusiva para integrantes desta carreira, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco da atividade de voo e também para transporte de féretros, resgates, transporte de apenados e órgãos para transplantes, sendo incompatíveis com horas extras e incorporável para todos os efeitos legais.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Instituto proL, n.º 10.482.947-3

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora do Salete, s/n.º | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350-2800 | Fax: [41] 3252-2381 | 3254-7345 | 3254-4299 | www.pr.gov.br

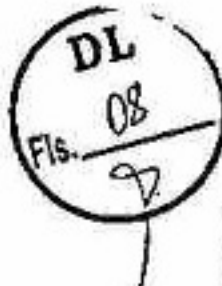
Cumpra ressaltar que a presente medida não trará qualquer ônus adicional ao erário.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 21 de maio de 2012  
OF CEE/G 126/12

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**  
  
Em, 28 MAIO 2012  
  
*[Signature]*  
**1º Secretário**

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em, 28/05/2012  
*[Signature]*  
**Presidente**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva a alteração do inciso II, do art. 18, da Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002.

Atenciosamente,

*[Signature]*

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

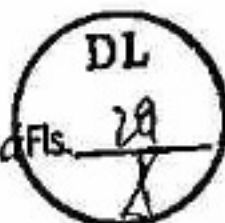
Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JC



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 233/12**

Projeto de Lei nº 233/12

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº. 027/12

Súmula: Altera o inciso II, do art. 18 Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002, e adota outras providências.

**EMENTA: DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 18 DA LEI ESTADUAL Nº 13.666/02 E REGULAMENTA A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE VOO AOS AGENTES DE AVIAÇÃO. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 1º E 3º LEI ESTADUAL 13.666/02. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ARTS. 33-A E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade alterar o conceito da vantagem Adicional de Voo e de fixar esse valor previsto no inciso II do art. 18 da Lei Estadual nº 13.666/02, regulamentando a sua aplicação, conforme o § 1º do art. 18 e §§ 2º e 3º do art. 30, o qual é específico para a carreira de Agente de Aviação, com a denominação de Adicional de Voo.

O conceito de adicional dessa vantagem, para o presente caso, é o de natureza permanente e exclusiva para integrantes desta carreira, relativa ao caráter penoso, insalubre e perigoso e com risco da atividade de voo e também para transporte de féretros, resgates,



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



transporte de apenados e órgãos para transplantes, sendo incompatíveis com horas extras e incorporável e para todos os efeitos legais.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Com efeito, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nossa)

Ainda, a Lei Estadual nº 13.666/02, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná (QPPE), objetiva a organização dos cargos públicos de provimento efetivo, sob o fundamento de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa, bem como a eficiência do serviço público, vejamos:

Art. 1º. Fica instituído o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais ocupantes de funcionários civis da Administração Direta e Autárquica, pertencentes ao Quadro Geral do Estado - QGE, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes da alteração, em seis carreiras, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 31  
J

continuidade da ação administrativa e a eficiência do  
serviço público.

Ademais, o art. 3º, § 1º da Lei supramencionada, organiza  
as carreiras do Quadro do Poder Executivo da seguinte forma:

Art. 3º. As Carreiras do Quadro Próprio do Poder  
Executivo do Estado do Paraná - QPPE, serão  
organizadas em 03 (três) Cargos, disposto de acordo  
com a natureza profissional, complexidade de suas  
atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada  
cargo será composto de 03 (três) classes III, II e I, com  
as quantidades na forma do disposto nos Anexos I e VI  
desta Lei.

§ 1º. As carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo  
do Estado do Paraná - QPPE, são: Apoio, Execução,  
Aviação, Penitenciária, Profissional e Fazendária,  
conforme segue:

- I - Apoio, composta pelo cargo de Agente de Apoio;
- II - Execução, composta pelo cargo de Agente de  
Execução;
- III - Aviação, composta pelo cargo de Agente de  
Aviação;
- IV - Penitenciária, composta pelo cargo de Agente  
Penitenciária;
- V - Profissional, composta pelo cargo de Agente  
Profissional;

Além disso, é preciso observar que a Constituição  
Estadual aduz que a Iniciativa de Leis que disponham sobre servidores



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná* Fls. 32  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, bem como estabilidade e aposentadoria, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição; (grifos nossos)

Nesse sentido, manifestou-se nossa jurisprudência:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 272, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR N. 4 DO ESTADO DO MATO GROSSO. SERVIDORES PÚBLICOS. ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO. VIOLAÇÃO DO ART. 61, § 1º, II, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL.

1. A celebração de convenções e acordos coletivos de trabalho consubstancia direito reservado exclusivamente aos trabalhadores da iniciativa privada. A negociação coletiva demanda a existência de partes formalmente detentoras de ampla autonomia negocial, o que não se realiza no plano da relação estatutária.

2. A Administração Pública é vinculada pelo princípio da legalidade. A atribuição de vantagens aos servidores somente pode ser concedida a partir de projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, consoante dispõe o art. 61, § 1º, inciso II, alíneas "a" e "c", da Constituição, desde que supervenientemente aprovada pelo Poder Legislativo. (julgamento, em



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



15/02/2006, da Ação Direta de Inconstitucionalidade,  
sob nº 554, tendo por Relator Ministro Eros Grau)

Ação direta de Inconstitucionalidade. Artigos 46, § 1º, e 53, parágrafo único, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Exigência de concurso público. Artigo 37, II, da Constituição Federal. Ausência de prejudicialidade. Iniciativa do Poder Executivo. Precedentes da Corte.

1. A inteira modificação do art. 3º da Constituição Federal não autoriza o exame do tema constitucional sob sua regência.

2. Não há alteração substancial do art. 37, II, da Constituição Federal quando mantida em toda linha a exigência de concurso público como modalidade de acesso ao serviço público.

3. É Inconstitucional a lei que autoriza o sistema de opção ou de aproveitamento de servidores federais, estaduais e municipais sem que seja cumprida a exigência de concurso público.

4. A Lei Orgânica tem força e autoridade equivalentes a um verdadeiro estatuto constitucional, podendo ser equiparada às Constituições promulgadas pelos Estados-Membros, como assentado no julgamento que deferiu a medida cautelar nesta ação direta.

5. Tratando-se de criação de funções, cargos e empregos públicos ou de regime jurídico de servidores públicos impõe-se a iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo nos termos do art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal, o que, evidentemente, não se dá com a Lei Orgânica.

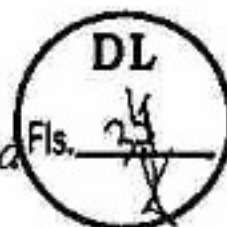
6. Ação direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. (Julgamento, em 06/03/2008, da Ação Direta de Inconstitucionalidade, sob nº 980, tendo por Relator o Ministro Menezes Direito).

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que o mesmo não frará qualquer ônus adicional ao erário.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.  
(grifos nossos)

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

DL  
35  
Fls.

Desta forma, propõe-se a seguinte Emenda Modificativa em anexo.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de junho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR

Prça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 233/12

Fica alterado o Anexo Único do Projeto de Lei nº 233/12, que objetiva alterar o inciso II, do art. 18, da Lei nº 13.666. (Adicional de Voo – AVV, do Quadro de Agentes de Aviação do Poder Executivo).

ANEXO ÚNICO

Valor Adicional de Voo

(Em Reais)

R\$12.850,28

Sala das Comissões,

05/06/12

ALEXANDRE CORI

Deputado Estadual

ADEMAR TRAIANO

Deputado Estadual



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 233/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 027/12 que objetiva a alteração do inciso II, do art. 18, da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável, na forma de Emenda Modificativa de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Ademar Tralano e outros.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos observar que a proposta visa dar nova redação ao inciso supracitado, e regulamentar a concessão do Adicional de Voo aos Agentes de Aviação do referido quadro.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão vem acompanhada da Informação nº 074/2012-GPS/CC, por meio do protocolado nº 10.482.947-3, informando que existe previsão de recursos orçamentários na Lei Orçamentária Anual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$20.779.260,00 (vinte milhões, setecentos e setenta e nove mil, duzentos e sessenta reais), para as





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



despesas com pessoal da Casa Civil no decorrer o presente exercício, na dotação que especifica, conforme QDD.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 12/06/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO ELCIO RUSEH  
RELATOR

MENSAGEM

Nº 038 /2012

Curitiba, 26 de junho de 2012



Proceda-se a leitura no  
expediente e anexação  
no auto de P. 233/12.  
Em 26/06/2012  
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, com fundamento no artigo 137, § 2º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o presente substitutivo ao Projeto de Lei nº 233/2012, oriundo da Mensagem Governamental 27/2012, que veicula proposta de alteração da estrutura do Adicional de Voo previsto no art. 18, II, da Lei Estadual nº 13.666/ 2002.

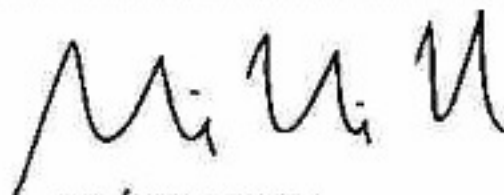
Este Anteprojeto de Lei, assim como o anteriormente enviado, tem a finalidade de alterar o conceito da vantagem Adicional de Voo e de fixar o valor previsto no referido inciso II do artigo 18, regulamentando a sua aplicação conforme o § 1º do artigo 18 e os §§ 1º e 3º do artigo 30 da Lei Estadual nº 13.666/ 2002.

Não obstante a identidade de objeto, a proposta que deu origem ao Projeto de Lei nº 233/2012 deixou de contemplar um valor adequado à relevância dos serviços prestados pelos Agentes de Aviação,

motivo pelo qual o presente substitutivo propõe a alteração do Anexo Único, majorando o referido Adicional de Voo para o montante de R\$ 12.850,28.

Por relevante, convém ressaltar que o substitutivo, em seu art. 5º, assegura a adequação orçamentária da nova proposta mediante “o cancelamento ou revisão de programa governamental em valor suficiente para cobertura da despesa”, tarefa a ser promovida a tempo e modo pelos órgãos de execução.

Reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



FLÁVIO ARNS  
GOVERNADOR DO ESTADO, EM EXERCÍCIO

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

ANTEPROJETO DE LEI N.º /2012

Súmula: Altera o inciso II, do art. 18 Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, e adota outras providências.

**Art. 1.º** O inciso II, do art. 18, da Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, alterado pela Lei n.º 14.077, de 04 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - Adicional de Voo – AAV: retribuição financeira para o cargo de Agente de Aviação, fixada em valor fixo, de natureza permanente, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais."

**Art. 2.º** A estrutura da vantagem Adicional de Voo obedecerá ao contido no Anexo único desta Lei.

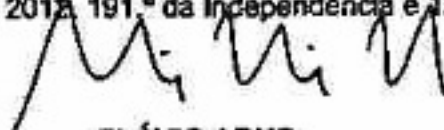
**Art. 3.º** O valor do Adicional de Voo será corrigido automaticamente quando da concessão do índice de revisão geral de vencimentos.

**Art. 4.º** Os atuais servidores do Quadro de Agente de Aviação terão sua remuneração ajustada por meio do ato do Chefe do Poder Executivo ouvida a Secretaria de Estado de Administração e da Previdência, na forma da presente Lei.

**Art. 5.º** Os atos referentes à aplicação da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária específica do Poder Executivo, com o cancelamento ou revisão de programa governamental em valor suficiente para cobertura da despesa.

**Art. 6.º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis n.ºs 14.077, de 04 de julho de 2003, 15.878, de 09 de julho de 2008 e 16.268, de 09 de novembro de 2009, nas partes que tratam do Adicional de Voo.

Curitiba, 26 de junho de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



**FLÁVIO ARNS**  
GOVERNADOR DO ESTADO, EM EXERCÍCIO

**ANEXO ÚNICO**

<b>VALOR DO ADICIONAL DE VOO (EM REAIS)</b>
<b>R\$ 12.850,28</b>



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER A EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI 233/12**

**Projeto de Lei nº 233/12**

**Emenda Substitutiva Geral**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 038/12**

Súmula: Altera o inciso II, do art. 18 Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002, e adota outras providências.

**EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, DA NOVA REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 18 DA LEI ESTADUAL Nº 13.666/02 E REGULAMENTA A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE VOO AOS AGENTES DE AVIAÇÃO. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 1º E 3º LEI ESTADUAL 13.666/02. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ARTS. 33-A E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL APROVAÇÃO, PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade alterar o conceito da vantagem Adicional de Voo e de fixar esse valor previsto no inciso II do art. 18 da Lei Estadual nº 13.666/02, regulamentando a sua aplicação, conforme o § 1º do art. 18 e §§2º e 3º do art. 30, o qual é específico para a carreira de Agente de Aviação, com a denominação de Adicional de Voo.

Ressalta-se que esta Mensagem Governamental propõe um Substitutivo ao referido projeto de lei que se encontra em Segunda Discussão junto ao Plenário desta Casa tendo sido retirado de pauta a pedido do Deputado Estadual Ademar Traiano.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A** Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Com efeito, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124** - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 45 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, a Lei Estadual nº 13.666/02, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná (QPPE), objetiva a organização dos cargos públicos de provimento efetivo, sob o fundamento de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa, bem como a eficiência do serviço público, vejamos:

Art. 1º. Fica instituído o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais ocupantes de funcionários civis da Administração Direta e Autárquica, pertencentes ao Quadro Geral do Estado - QGE, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes da alteração, em seis carreiras, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ademais, o art. 3º, §1º da Lei supramencionada, organiza as carreiras do Quadro do Poder Executivo da seguinte forma:

Art. 3º. As Carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, serão organizadas em 03 (oito) Cargos, disposto de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada cargo será composto de 03 (três) classes III, II e I, com as quantidades na forma do disposto nos Anexos I e VI desta Lei.

§ 1º. As carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, são: Apolo, Execução, Aviação, Penitenciária, Profissional e Fazendária, conforme segue:

I - Apolo, composta pelo cargo de Agente de Apolo;

II - Execução, composta pelo cargo de Agente de Execução;

III - Aviação, composta pelo cargo de Agente de Aviação;

IV - Penitenciária, composta pelo cargo de Agente Penitenciário;

V - Profissional, composta pelo cargo de Agente Profissional;

Além disso, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, bem como estabilidade e aposentadoria, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição; (grifos nossos)

Nesse sentido, manifestou-se nossa jurisprudência:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, ART. 272, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR N. 4 DO ESTADO DO MATO GROSSO. SERVIDORES PÚBLICOS. ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO. VIOLAÇÃO DO ART. 61, § 1º, II, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL.**

1. A celebração de convenções e acordos coletivos de trabalho consubstancia direito reservado exclusivamente aos trabalhadores da iniciativa privada. A negociação coletiva demanda a existência de partes formalmente detentoras de ampla autonomia negocial, o que não se realiza no plano da relação estatutária.

2. A Administração Pública é vinculada pelo princípio da legalidade. A atribuição de vantagens aos servidores somente pode ser concedida a partir de projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, consoante dispõe o art. 61, § 1º, inciso II, alíneas "a" e "c", da Constituição, desde que supervenientemente aprovada pelo Poder Legislativo. (Julgamento, em 15/02/2004, da Ação Direta de Inconstitucionalidade, sob nº 554, tendo por Relator Ministro Eros Grau)

**Ação direta de Inconstitucionalidade. Artigos 46, § 1º, e 53, parágrafo único, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Exigência de concurso público. Artigo 37, II, da Constituição Federal. Ausência de prejudicialidade. Iniciativa do Poder Executivo. Precedentes da Corte.**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

1. A íntegra modificação do art. 39 da Constituição Federal não autoriza o exame do tema constitucional sob sua regência.
2. Não há alteração substancial do art. 37, II, da Constituição Federal quando mantida em toda linha a exigência de concurso público como modalidade de acesso ao serviço público.
3. É Inconstitucional a lei que autoriza o sistema de opção ou de aproveitamento de servidores federais, estaduais e municipais sem que seja cumprida a exigência de concurso público.
4. A Lei Orgânica tem força e autoridade equivalentes a um verdadeiro estatuto constitucional, podendo ser equiparada às Constituições promulgadas pelos Estados-Membros, como asseverado no julgamento que deferiu a medida cautelar nesta ação direta.
5. Tratando-se de criação de funções, cargos e empregos públicos ou de regime jurídico de servidores públicos impõe-se a iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo nos termos do art. 61, 1º, II, da Constituição Federal, o que, evidentemente, não se dá com a Lei Orgânica.
6. Ação direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. (Julgamento, em 06/03/2008, da Ação Direta de Inconstitucionalidade, sob nº 980, tendo por Relator o Ministro Menezes Direito).

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que o mesmo não trará qualquer ônus adicional ao erário.

---

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



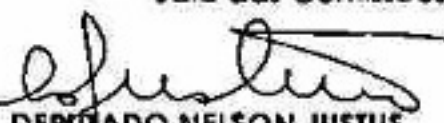
**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente **SUBSTITUTIVO ao Projeto de Lei**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTA ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**






Projeto de Lei nº 370/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em 03 MAIO 2011

1º Secretário

Dispõe sobre ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do valor máximo permissível (VMP), para trihalometanos (TAM) e ácidos haloacéticos (HAA).

Art. 1º Ficam fixados no Estado do Paraná, o valor máximo permissível (VMP) para ácidos haloacéticos (HAA) em 60 µg/L (60 micro gramas por litro) e 80 µg/L (80 micro gramas por litro) para trihalometanos (TAM) para todos os serviços de saneamento básico.

Parágrafo único. A falta de observância dos índices dispostos no caput deste artigo implica em imediata comunicação ao Ministério Público Estadual, para as ações cabíveis.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Estado.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de maio de 2011.

RASCA RODRIGUES  
Deputado Estadual - PV



**JUSTIFICATIVA:**

A presente justificativa foi redigida pelo Professor Dr. Ricardo Andreola, cuja tese de doutorado, sob a supervisão dos Professores Dr. Marcelino Luiz Gimenez e Dra Rosângela Bergamasco, da Universidade Estadual de Maringá, versou sobre o assunto:

"A qualidade da água vem se tornando cada vez mais objeto de interesse da população nos dias de hoje. Neste sentido, a determinação de novos compostos presentes na água tratada provenientes do processo de cloração, e que são comprovadamente cancerígenos para animais de laboratório, se torna imprescindível para a segurança da saúde de quem a consome.

A primeira gama de compostos amplamente estudados, chamados de sub-produtos do processo de cloração (disinfection by-products) presentes na água tratada, foram os trialometanos (TAM). Vários destes compostos (triclorometano, bromodiclorometano, tribromometano) já foram confirmados como cancerígenos para animais de laboratório (USEPA, 1998). Oriundos da mesma reação de formação dos trialometanos, os ácidos haloacéticos (HAAs) são a segunda classe de compostos cancerígenos descobertos. Segundo a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (United States Environmental Protection Agency, USEPA, 1998) os ácidos dicloroacético e tricloroacético, dois dos ácidos haloacéticos de maior aparecimento, também são confirmadamente cancerígenos para animais de laboratório.

Nos Estados Unidos, segundo a legislação americana (USEPA, 1998), o valor máximo permissível (VMP) para ácidos haloacéticos (denominados pela sigla, HAA5, como a soma de cinco compostos desta classe, ou seja, os ácidos cloroacético, dicloroacético, tricloroacético, bromoacético, e dibromoacético) está fixado em 60 µg/L, enquanto que para trialometanos este valor já foi reduzido para 80 µg/L. O valor anterior era de 100 µg/L.





O presente projeto tem como objetivo fornecer informações de embasamento para propor uma atualização na Legislação Paranaense quanto à qualidade da água tratada, no que diz respeito ao valor máximo permissível (VMP) para a concentração de trihalometanos totais (TAMt), fixando-a em 80 µg/L (a legislação atual prevê como VMP, 100 µg/L).

O Obteve-se da EPA (Environmental Protection Agency – United States) um extenso documento que descreve todo o processo de estabelecimento do valor máximo permissível para trihalometanos totais (TAMt) em 80 µg/L e o estabelecimento, nesta mesma data, do valor máximo permissível para ácidos haloacéticos (HAAs) em 60 µg/L. Aqui no Brasil, nossa legislação regulamenta o valor máximo permissível para trihalometanos totais em 100 µg/L e não existe regulamentação para ácidos haloacéticos.

Adicionalmente, a legislação que temos em vigor para a qualidade da água tratada, Portaria 1469 de 29-12-2000 e Portaria 518 de 25-03-2004 do Ministério da Saúde, no que diz respeito ao valor máximo permissível para trihalometanos, é importada dos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a discussão sobre o valor máximo permissível sobre TAM iniciou-se no ano de 1979. Até 1998, o valor máximo permissível para TAM, mantido pela legislação norte-americana, era de 100 µg/L.

O Em 1998, teve início uma grande discussão a respeito de um novo limite. Vários segmentos da sociedade foram convocados para participar da discussão que estaria decidindo sobre os limites máximos permissíveis para compostos cancerígenos, que se formam a partir do processo de cloração da água. Como resultado desta ampla discussão, em 1998 a EPA, o órgão responsável pela regulamentação da qualidade da água norte-americana, resolveu reduzir o valor máximo permissível de TAM, para 80 µg/L.

Nesta mesma data, devido a estudos em laboratório que comprovaram a carcinogenicidade de dois ácidos haloacéticos, os ácidos di- e tricloroacético, a EPA anexou a este documento o estabelecimento de um novo



parâmetro carcinogênico para controle da qualidade da água: os ácidos haloacéticos (HAAs). Logo de partida, o valor estabelecido para o valor máximo permissível para estes compostos na água tratada, foi fixado em 60 µg/L. Atualmente, existem valores máximos permissíveis (VMPs) para mais compostos.

Os ácidos haloacéticos são agrupados em cinco ácidos no total: ácidos cloroacético, dicloroacético, tricloroacético, bromoacético, e dibromoacético. A soma da concentração destes cinco ácidos recebe a denominação de HAA5, segundo a legislação norte-americana.

Os ácidos haloacéticos (HAAs), bem como os trialometanos (TAM), são gerados a partir da reação entre o cloro livre (usado amplamente nas estações de tratamento de água) e a matéria orgânica que existe naturalmente nos mananciais de abastecimento. O cloro é usado, entre outros objetivos, para oxidar a matéria orgânica em compostos de menor tamanho (ou de menor massa molecular). O problema associado a isto é que vários destes pequenos compostos formados são halogenados como os trialometanos e os ácidos haloacéticos, quando do ataque do cloro à molécula maior. O uso do cloro em estações de tratamento de água é muito conveniente, pois se constitui em um agente de desinfecção de baixo custo, mas por outro lado gera compostos nocivos à saúde da população, mesmo que em baixas concentrações.

Segundo o documento para a regulamentação federal dos Estados Unidos para água tratada, que descreve toda a problemática dos trialometanos e dos ácidos haloacéticos, existe uma forte relação entre a incidência de câncer de bexiga, cólon e reto e a ingestão destes compostos, (USEPA, 1998). Acredita-se que outros compostos halogenados, como as halopirinas, os haletos de cianogênio, entre outros, também possam ser cancerígenos.

Segundo os pesquisadores Tominaga e Midio (1999), a exposição aos trialometanos pode levar ao aparecimento de efeitos tóxicos sistêmicos decorrentes de alta frequência, tempo prolongado e baixas concentrações



( $\mu\text{g/L}$ ). Os efeitos crônicos observados são caracteristicamente retardados, admitindo um período de latência para a carcinogenicidade no corpo humano.

Como não há legislação para os ácidos haloacéticos no Brasil, não sabemos quais são os níveis de concentração destes compostos na água tratada pela Companhia de Saneamento do Paraná, distribuída à população paranaense, bem como na água tratada ao longo dos vários Estados brasileiros.

Pelo exposto, podemos ver que a Legislação Paranaense, bem como a Legislação Brasileira, no que se refere aos padrões de qualidade de água em compostos cancerígenos, está desatualizada. A Legislação Brasileira regulamenta apenas o valor máximo permissível para trihalometanos (TAM), em  $100 \mu\text{g/L}$ , não prescrevendo o valor máximo permissível para ácidos haloacéticos (HAAs), que também são cancerígenos para animais de laboratório, e que desta forma assim como os TAM, também representam risco para a saúde da população".



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**PARECER AO PROJETO DE LEI 370/11**

**Projeto de Lei nº 370/11**  
**Autor: Dep. Rasca Rodrigues**

**SÍNTESE:** Dispõe sobre ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do valor máximo permissível (VMP), para trihalometanos (TAM) e ácidos haloacéticos (HAA).

**EMENTA:** AÇÃO PREVENTIVA NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO COM A REDUÇÃO DO VALOR MÁXIMO POSSÍVEL, PARA TRIHALOMETANOS E ÁCIDOS HALOACÉTICOS. POSSIBILIDADE. CF. ART. 24, XII. LEI FEDERAL 8.080/1990. PORTARIA N. 1469/2000 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PRECEDENTES DO STF. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues dispõe sobre a ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do valor máximo permissível (VMP), para trihalometanos (TAM) e ácidos haloacéticos (HAA).

Não obstante, o projeto de lei ora em tela, já foi apresentado na legislatura anterior sob o nº 400/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tendo sido arquivado.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

O Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. [Grifo nosso]

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grilo nosso)

Ainda, é de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção e defesa da saúde, conforme o artigo 24, inciso XII, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.  
(grilo nosso)

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação uma vez que, a Lei 8.080/90, em seu artigo 15, XVI, autoriza os Estados a elaborar normas técnico - científicas de proteção a saúde, senão vejamos:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Di.  
Fls. 20

Art. 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições:

XVI - elaborar normas técnico-científicas de promoção, proteção e recuperação da saúde;

O E ainda, de acordo com a PORTARIA N. 1469/2000 expedido pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE, que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade de água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências, preleciona que:

Art. 3º É de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a adoção de medidas necessárias para o fiel cumprimento desta Portaria.

O Ademais, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, através do MINISTRO EROS GRAU, já se manifestou sobre a iniciativa parlamentar, com base no artigo 196, da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, que trata da proteção a saúde, senão vejamos:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



No Voto da **MINISTRA CARMEN LÚCIA**, sua argumentação parte do princípio de que a competência para legislar sobre saúde também é matéria de competência comum, prevista no artigo 23, II, da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, portando, a presente lei do Estado poderia ter sido editada sem afrontar a repartição de competências, senão vejamos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

(grifo nosso).

Diante do exposto, em consonância com a Corte Superior, o presente projeto de lei encontra-se revestido de constitucionalidade, não encontrando óbices a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na **LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98**.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **CONSTITUCIONALIDADE**, concluímos pela **ANÁLISE FAVORÁVEL**.

Sala das Comissões, 09 de agosto de 2011.

  
NELSON JUSTUS

Presidente

  
CESAR SILVESTRI FILHO

Relator



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
*Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos*

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 370/2011**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, dispõe sobre ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do valor máxima permissível (VMP), para trihalometanos (TAM) e ácidos haloacéticos (HAA).

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo fornecer informações de embasamento para propor uma atualização na Legislação Paranaense quanto à qualidade d água tratada, no que diz respeito ao valor Máximo permissível (VMP) para a concentração de trihalometanos totais (TAMt), fixado-a em 80 ug/L (a legislação atual prevê como VMP, 100 ug/l).

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 2011.

*[Handwritten signature]*

**DR. BATISTA**  
Presidente  
**Nereu Moura**  
Relator



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 370, DE 2011 – APÓS DILIGÊNCIAS

Da COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE sobre o Projeto de Lei nº 370, de 2011, que *"Dispõe sobre ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do valor máximo permitível (VMP), para trihalometanos (TAM) e ácidos haloacéticos (HAA)."*

RELATOR: DEPUTADO ELTON WELTER

I – RELATÓRIO

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente aprovou e, por seu Presidente Deputado LUIZ EDUARDO CHEIDA, encaminhou solicitação nossa em Parecer anterior, datado de 3 de outubro de 2011, no sentido de que fosse a matéria submetida à diligência, nos termos do art. 29, inciso V, do Regimento Interno.

Encaminhada ao Instituto das Águas do Paraná, o Projeto recebeu parecer favorável. Conforme o *Ofício nº 0238/2011*, do Diretor de Planejamento e Controle do Uso das Águas daquele Instituto, Norberto Ramon, sugere-se apenas a substituição da expressão *"valor máximo permitível"* para *"valor máximo permitido"*, conforme já havíamos apontado em nosso Parecer anterior e, ainda, a utilização de *"unidade mg/L (miligramas por litro)"*, em vez de *"µg/L (microgramas por litro) visando seguir o padrão redigido na Portaria MS nº 518/2004."*

Por seu turno, o Diretor-Presidente da Sanepar, Fernando Ghignone, encaminhou, em atenção à solicitação da CEMA, Parecer Técnico Conjunto elaborado pela Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social – Unidade de Serviço de Avaliação e Conformidades. O Parecer alinha inúmeras considerações de ordem técnica e conclui que *"o Projeto de Lei 370, pouco acrescentará ao que já é exigido nas legislações vigentes sobre controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano, considerando a versão da Portaria 518 MS revisada, sendo assim recomendamos sua arquivagem."* Por outro lado, sugerem os técnicos da Sanepar seja a justificativa da lavra de professor da Universidade de Maringá, anexada ao PL nº 370/2011, encaminhada à *"apreciação da autoridade de saúde pública competente"*, no caso a Secretaria de Estado da Saúde – VIGIÁGUA.

II – VOTO

De todo o exposto, entendemos deva o projeto seguir tramitando. Com vistas a aprimorar a iniciativa, serão incorporadas ao texto sugestões antes apontadas.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)



O voto é, assim, pela APROVAÇÃO do PL nº 370, de 2011, nos termos do seguinte:

SUBSTITUTIVO GERAL

Dispõe sobre ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do valor máximo permitido para trihalometanos e a fixação de valor para ácidos haloacéticos.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do valor máximo permitido (VMP) para trihalometanos (TAM) e a fixação de valor para ácidos haloacéticos (HAA).

Art. 2º Ficam fixados no Estado do Paraná o valor máximo permitido para trihalometanos em 0,08 miligramas por litro (mg/L) e o VMP de 0,06 miligramas por litro (mg/L) para ácidos haloacéticos para todos os serviços de saneamento básico.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput deste artigo implica em imediata comunicação ao Ministério Público Estadual para as ações cabíveis.

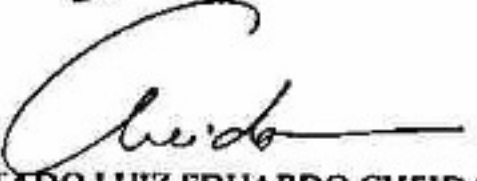
Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Estado.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 2012.

  
DEPUTADO ELTON WELTER  
RELATOR

  
DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA  
PRESIDENTE





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 370/11**

**Projeto de Lei nº 370/11**

**Autor da emenda: Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.**

**Súmula:** Dispõe sobre ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do valor máximo permitido para trihalometanos e a fixação de valor para ácidos haloacéticos.

**EMENTA:** EMENDA SUBSTITUTIVA. SUBSTITUTIVO GERAL OBJETIVA MODIFICAR O PROJETO DE LEI 370/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, que dispõe sobre ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do valor máximo permissível (VMP), para trihalometanos (TAM) e ácidos haloacéticos (HAA), sendo que



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Cesar Silvestri Filho.

Ocorre que, na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, o referido projeto recebeu uma Emenda Substitutiva (Substitutivo Geral). Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

### FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Substitutiva (Substitutivo Geral) em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33- Cabe à de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeltado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra e, denominando substitutivo quando abrange o seu conjunto.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**(...)**

**§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grifo nosso)**

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, Inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.**




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opta-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva proposta pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO  
RELATOR



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

D. L.  
Fls. 02  
6

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

PROJETO DE LEI Nº 948/11

DO NO EXPEDIENTE

1 CEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Lm. 06 DEZ 2011

1º Secretário

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná


Decreta:

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Santa Fé - ASR no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE SANTA FÉ-ASR com sede e foro no município de Santa Fé.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor em sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de Dezembro de 2011.

  
DOUGLAS FABRÍCIO  
Deputado Estadual

15128 06/12/2011 01:00:02 DP ASSM-LEIA UTILIZACAO DO PROJETO



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

**Justificativa**

A Associação das senhoras de rotarianos de Santa Fé - ASR foi fundada aos 28 dias do mês de junho de 1980, é de caráter beneficente, assistencial, moral, cultural e sem fins lucrativos. A ASR foi idealizada e fundada por iniciativa das esposas dos sócios do Rotary Club de Santa Fé.

A Associação tem por finalidade manter, dirigir e colaborar com obras e iniciativas por ela julgada meritórias, propiciar e incentivar a amizade entre as sócias e promover sempre que possível o bem estar moral, material e o aprimoramento social da coletividade santafense.

  
**DOUGLAS FABRÍCIO**  
Deputado Estadual





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 948/2011**



**Projeto de Lei nº. 948/2011**  
**Autor: Deputado Estadual Douglas Fabricio.**

**Súmula:** *Declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Santa-Fé – ASR no Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Santa Fé.*

**EMENTA:** *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.*

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Douglas Fabricio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação das Senhoras de Rotarianos de Santa-Fé – ASR no Estado do Paraná, com sede no Município de Santa Fé e foro no Município de Astorga.*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Caba à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

g) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpra ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a LEI COMPLEMENTAR 98/95, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário", senão vejamos:

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

Assim, sugere-se na Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.




**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

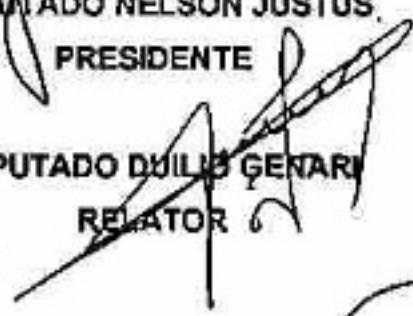


**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

Sala das Comissões, em 22 de 05 de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DÚLIO GENARI**  
**RELATOR**



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**


DL  
Fls. 52  
98

**EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 948/11**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Comissões, em 22 de 05 de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO DULIO GENARI  
RELATOR



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.  
Fls. 02  
11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 MAR, 2012

*Nelson Garcia*  
1º Secretário

Projeto de Lei nº 106/12

SÚMULA: Denomina trechos de Rodovia conforme  
especifica.

Art. 1º - Denomina Rodovia Deputado Edilson Alencar, o trecho da PR 364 compreendido entre os Municípios de Palotina e Assis Chateaubriand.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2012.

*Nelson Garcia*  
Deputado NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

Com o referido Projeto de Lei o Deputado Nelson Garcia deseja prestar justa homenagem ao ex-deputado Edilson Alencar, que exerceu 3 mandatos nesta Casa de Leis, todos de muito trabalho prestado as comunidades das cidades que representou.

Edilson Alencar faleceu em 2003, e toda sua família se sentiria extremamente lisonjeada com a aprovação do referido pleito.

Gabinete Deputado Nelson Garcia  
Gabinete 502 - 5º andar - Fone: 3350-4057/4257  
[www.nelsongarcia.com.br](http://www.nelsongarcia.com.br)

14/22 2003/2012 001506 DP ASSUNTO URGENTE DO NISSAN





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO 106/2012**

Projeto de Lei nº 106/2012

Autor: Deputado Estadual Nelson Garcia

Súmula: Denomina Rodovia Deputado Edilson Alencar, o trecho da PR-364 compreendido entre os Municípios de Palotina e Assis Chateaubriand.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE O TRECHO A SER DENOMINADO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Nelson Garcia, tem por objetivo denominar de Deputado Edilson de Alencar, a Rodovia PR-364 compreendido entre os Municípios de Palotina e Assis Chateaubriand, tendo em vista sua importância como Parlamentar na representação destes Municípios.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 17

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1996 e alterações posteriores, (grifo nosso).

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabeleça, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL, N.º 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

DL  
Fls. 18

geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 15 de MAIO de 2012.

Deputado NELSON JUSTUS

Presidente

Deputado TADEU VENERI

Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 106/2012**

Projeto de Lei nº 106/2012  
Autor: Deputado Nelson Garcia

**Súmula:** Denomina rodovia Deputado Edilson Alencar, o trecho da PR 364 compreendido entre os municípios de Palotina e Assis Chateaubriand.

**I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 106/12, de autoria do Deputado Nelson Garcia, denomina rodovia Deputado Edilson Alencar, o trecho da PR 364 compreendido entre os municípios de Palotina e Assis Chateaubriand no Estado do Paraná.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 106/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva prestar uma justa homenagem ao ex-deputado Edilson Alencar, que exerceu 3 mandatos na Assembleia Legislativa do Paraná, prestando importantes trabalhos em prol da população paranaense.

Cumprindo a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

### III - CONCLUSÕES



Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, prestando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento e brilhantes idéias para o Paraná. O Projeto de Lei 106/12 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para seguir tramitação.


### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva prestar uma homenagem digna a um cidadão que representou bravamente os municípios de Palotina e Assis Chateaubriand, trecho compreendido pela rodovia a ser denominada. Restando desta forma, evidentes razões para aprovação desta proposição.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 106/12, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*

*Sala das Comissões em 28 de maio de 2012.*



**MARCELO RANGEL**

*Presidente da Comissão*



**Ademir Bter**

*Relator*





## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 052/12

**SÚMULA:** Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de maio de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

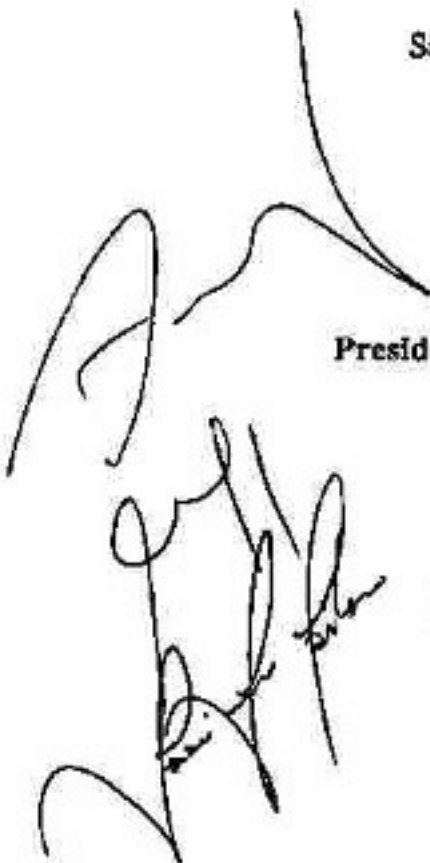
**ART. 1º.-** Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de maio de 2012.

**ART. 2º.-** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 20 de junho de 2012.

  
**DEPUTADO BUELIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
Relator









## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 022/2012–TC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 022/2012-TC, prestando contas das despesas dos Senhores Deputados previstas na Resolução 003/2004 com as modificações contidas na Resolução 003/2009, referentes ao mês de maio de 2012.

De acordo com a análise procedida no relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição 022/2012-TC, entendo que a mesma encontra-se de acordo com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto a exatidão das contas prestadas, deliberando pelo Parecer – Favorável – Aprovado.

Pelo acima exposto, esta Relatoria decide, pela aprovação da presente Proposição.

É o PARECER – FAVORAVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 20 de junho de 2012

**DEPUTADO DUBIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
Relator